

PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA

**Objeto: Parecer sobre o Projeto de Lei nº 19/2018 que:
“Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber em
doação área de terreno correspondente a 4.800,00 m²,
pertencente ao Asilo Santa Rita para abertura de rua.”**

Vistos, etc.

Foi recebida, por esta Assessoria, solicitação oriunda da Presidência do Legislativo para a elaboração de parecer sobre o Projeto de Lei em epígrafe, teor do disposto no art. 2º, II e IV, da Resolução nº 04/2015.

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa do Poder Executivo, atinente à gestão dos bens públicos municipais.

É o sucinto relatório.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O presente projeto foi analisado em seus aspectos legais e constitucionais.

A Lei Orgânica Municipal – LOM, no seu art. 7º, XI, preceitua que compete ao Município dispor sobre a administração, a utilização e a alienação dos bens públicos municipais e, no seu art. 13, estabelece a competência do Prefeito Municipal para administrar os bens públicos municipais, ressalvados os bens pertencentes ao Poder Legislativo.

Como se pode inferir, o Projeto versa sobre doação de área de terreno correspondente a 4.800,00 m², objeto da Transcrição das Transmissões sob

n.º 2.372, folhas 77, do Livro nº 7 3-B do Registro de Imóveis, 1º Tabelionato de Notas e Protestos / 2º Registro de Imóveis, de propriedade do Asilo Santa Rita

Cabe lembrar, contudo, que o Regimento Interno desta Casa Legislativa somente exige a deliberação do Plenário, quando se tratar de Projeto de Lei destinado a doação de imóvel ao Município, com encargo.

Neste sentido, cita-se o teor do art. 29 do Regimento Interno:

Art. 29 – São atribuições do Plenário:

[...]

IX – autorizar aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;

[...].

Destarte, embora dispensável a manifestação plenária no caso em questão, não se constata óbices legais ou constitucionais à aprovação do Projeto. Na verdade, trata-se de medida destinada a conferir maior transparência e segurança jurídica ao ato jurídico objeto da propositura, qual seja: doação de área de imóvel para abertura de ruas.

Ante o exposto, conclui-se que o Projeto de Lei sob análise preenche os requisitos legais e constitucionais e está apto a ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Irati/PR, 12 de março de 2018.

EDUARDO FREIRE GAMEIRO ZANICOTTI

Assessor Jurídico (OAB/PR nº 55.190)